



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

WILLIANE CARNEIRO DA SILVA

**UMA ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA DO BRASIL**

Recife  
2024

WILLIANE CARNEIRO DA SILVA

**UMA ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentado à  
Universidade Federal de  
Pernambuco, como parte das  
exigências do Departamento  
de Ciências Contábeis e  
Atuariais para a obtenção do  
título de Bacharel em Ciências  
Contábeis

Orientador (a): Álvaro Pereira de Andrade

Recife  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Williane Carneiro da.

UMA ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA DO BRASIL / Williane  
Carneiro da Silva. - Recife, 2024.

27 p. : il., tab.

Orientador(a): Álvaro Pereira de Andrade

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -  
Bacharelado, 2024.

8.

1. Contabilidade. 2. Economia. 3. Sistema Tributário. I. Andrade, Álvaro  
Pereira de. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

WILLIANE CARNEIRO DA SILVA

## UMA ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, como parte das exigências do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Aprovado em 22 de julho de 2024

### BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ALVARO PEREIRA DE ANDRADE

Data: 14/11/2025 12:10:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Ávaro Pereira de Andrade  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. José Nelson Barbosa Tenório  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Rodrigo Vaz Gomes Bastos  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, sei que minha caminhada esteve sempre debaixo de muitas orações e bênçãos, sem fé e sem a misericórdia Dele nada do que realizei até aqui seria possível.

Aos profissionais do ensino público que lutam diariamente para promover uma educação mais justa e com equidade.

Ao professor Álvaro Pereira de Andrade, por realizar com tanta maestria sua função, além de todo conhecimento e aprendizado repassado.

Agradeço, muito especialmente e com todo o meu amor, aos meus pais: William Carneiro e Eliane de Souza. Poder contar com o apoio deles em todas as fases da minha vida, ouvir seus conselhos e a dedicação para proporcionar aos seus filhos aquilo que lhes foi privado durante a vida, faz de mim uma pessoa ainda mais realizada por toda a minha trajetória até aqui. Me orgulho muito de vocês.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Victor Hugo, por todo apoio em minha trajetória e enorme contribuição para que eu estivesse aqui. Eu amo você.

E um agradecimento mais que especial a Lara, minha filha que semeio em meu ventre. Obrigada pela companhia enquanto escrevo este trabalho, todo meu esforço também é por você.

## RESUMO

Ao longo da análise foram destacados tópicos considerados importantes e relevantes para o tema. Inicialmente, o trabalho buscou apresentar a composição do atual sistema tributário, assim como a emenda constitucional que rege o sistema tributário brasileiro e uma breve retrospectiva histórica da arrecadação de receitas do país. Por conseguinte, foi apresentado a carga tributária brasileira entre os anos de 2013 a 2022, os principais tributos geradores de receita e a repartição nos diferentes níveis de governo. Ainda, o trabalho buscou analisar a importância das despesas públicas na alocação de recursos como uma importante ferramenta para diminuição da carga tributária e promoção para o desenvolvimento socioeconômico. Para lograr êxito na pesquisa, foi utilizado informações fornecidas, principalmente, pelo governo como dados da Receita Federal Brasileira, além de artigos de importantes setores da economia.

**Palavras-chaves:** Carga tributária. Sistema tributário. Receitas. Despesas.

## **ABSTRACT**

Throughout the analysis, topics considered important and relevant to the theme were highlighted. Initially, the study sought to present the composition of the current tax system, as well as the constitutional amendment governing the Brazilian tax system and a brief historical overview of the country's revenue collection. Subsequently, the Brazilian tax burden between 2013 and 2022, the main revenue-generating taxes, and their distribution across different levels of government were presented. Furthermore, the study aimed to analyze the importance of public expenditures in resource allocation as a key tool for reducing the tax burden and promoting socio-economic development. To achieve success in the research, information provided primarily by the government, such as data from the Brazilian Federal Revenue Service, and articles from key economic sectors were utilized.

**Keywords:** Tax burden. Tax system. Revenue. Expenditures.

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Série Histórica - Evolução da Participação das Bases de Incidência na Arrecadação Total - 2013 a 2024..... | 18 |
| Tabela 2- Série Histórica - Evolução da Participação por entes Federativos da arrecadação total 2013 a 2022.....      | 20 |
| Tabela 3 - Área de atuação (função) do Governo Federal com maior despesa.....                                         | 23 |



## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Mudança dos valores ao longo dos anos por tipo de base.....  | 19 |
| Gráfico 2 - Distribuição percentual de recursos por ente federativo..... | 21 |
| Gráfico 3 - Distribuição percentual de áreas de atuação.....             | 23 |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                |           |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                         | <b>9</b>  |
| 1.1      | PROBLEMA DE PESQUISA.....                                                                      | 10        |
| 1.2      | JUSTIFICATIVA.....                                                                             | 10        |
| 1.3      | OBJETIVOS.....                                                                                 | 11        |
| 1.3.1    | Objetivo geral.....                                                                            | 11        |
| 1.3.2    | Objetivo específico.....                                                                       | 11        |
| <b>2</b> | <b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                                                               | <b>12</b> |
| 2.1      | SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO .....                                                            | 12        |
| 2.1.1    | Tributos diretos .....                                                                         | 13        |
| 2.1.2    | Tributos indiretos .....                                                                       | 14        |
| <b>3</b> | <b>METODOLOGIA.....</b>                                                                        | <b>16</b> |
| <b>4</b> | <b>A CARGA TRIBUTÁRIA E A REPARTIÇÃO DA RECEITA NOS DIFERENTES<br/>NÍVEIS DE GOVERNO. ....</b> | <b>18</b> |
| 4.1      | A CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE A RENDA E O CONSUMO .....                                             | 18        |
| 4.1.1    | A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA NOS DIFERENTES NÍVEIS DE GOVERNO.....                                 | 20        |
| <b>5</b> | <b>A RELAÇÃO ENTRE CARGA TRIBUTÁRIA E AS DESPESAS PÚBLICAS.....</b>                            | <b>22</b> |
| 5.1      | EFICIÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E SEUS IMPACTOS<br>SOCIOECONÔMICOS .....                    | 22        |
|          | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                               | <b>25</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                       | <b>26</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os tributos são o principal meio de arrecadação de receitas do país, esses valores ingressados nos cofres públicos compõem a carga tributária. Segundo o conceito definido pela Receita Federal Brasileira (RFB, 2015) - órgão responsável pela administração dos tributos federais e controle aduaneiro - “A carga Tributária é uma relação entre a soma da arrecadação federal, estadual e municipal e o Produto Interno Bruto (PIB).”

Na série histórica da carga tributária brasileira (CTB), contada a partir do ano de 1990 pelo instituto brasileiro de economia, no ano de 2022, a CTB atingiu 33,71% do PIB, sendo a maior da história. A tributação indireta, incidente nos bens de consumo, é a principal responsável pela arrecadação.

Ainda, uma importante abordagem, é a análise de como os impostos são convertidos para a sociedade, sendo esse o seu principal objetivo. Países que oferecem melhores retornos à população, como no caso da Finlândia, que apesar da alta carga tributária, conseguem manter um alto IDH (Índice de desenvolvimento humano), são um exemplo de sistema tributário efetivo e despesas bem alocadas. Os dados fornecidos pelo Governo, como o balanço de receita e despesas do país são uma forma de transparecer como nossos impostos estão sendo revertidos

Com isso, o trabalho busca expor o sistema tributário no Brasil e sua carga tributária. A importância desse tema, sobretudo para a contabilidade, é compreender como funciona a arrecadação de impostos e o impacto da carga tributária na economia e na sociedade.

Portanto, indaga-se: Estaria a estrutura da carga tributária impactando de maneira eficiente os aspectos socioeconômicos do Brasil?

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a carga tributária brasileira e sua contribuição no desenvolvimento socioeconômico do país.

Para tanto, os capítulos do trabalho apresentam, inicialmente, uma introdução de conceitos do sistema tributário brasileiro e dos impostos diretos e indiretos. Por conseguinte, os tributos que possuem maior participação da carga tributária serão analisados, bem como a repartição na arrecadação da receita nos diferentes níveis de governo. O estudo expõe a relação entre a carga tributária e as despesas públicas; e a eficiência do governo brasileiro na

alocação dos recursos.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A arrecadação de receita de um país é fundamental para o funcionamento do governo e provisão dos serviços públicos. No Brasil, a tributação é sua principal fonte geradora de receita, com destaque nos impostos sobre consumo, renda e propriedade, que são uma parte significativa da receita tributária brasileira. Contudo, uma alta carga tributária pode promover impactos econômicos nas entidades privadas encarecendo bens e serviços ofertados e nos aspectos sociais.

Diante do exposto, este estudo buscará responder à questão de pesquisa: **Estaria a estrutura da carga tributária impactando de maneira eficiente os aspectos socioeconômicos do Brasil?**

## 1.2 JUSTIFICATIVA

As ciências contábeis, enquanto uma ciência social aplicada e importante profissão na gerência patrimonial de uma entidade, precisa contribuir de forma que promovam a melhoria social e empresarial. Um profissional contábil necessita de uma contínua busca pelo conhecimento, na área tributária, essa afirmativa se faz ainda mais significativa por sua complexidade e importância na existência de uma empresa. A mitigação de riscos, auditoria fiscal, controladoria e compliance são algumas formas de atuação direta da contabilidade com a área tributária. Essa conexão contábil e fiscal torna a análise da carga tributária brasileira fundamental abordagem para promover a melhoria econômica das empresas e, ainda, o resguardo e manutenção patrimonial das entidades.

A carga tributária afeta diretamente a economia, ter um sistema tributário efetivo e eficaz é fundamental para um país, assim como a sua reversão para a sociedade. Segundo a pesquisa Competitividade Brasil, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). “O fator Tributação é o segundo pior resultado do país: o Brasil fica na 17ª posição entre os 18 países avaliados. O peso dos tributos foi o terceiro maior em 2019, com carga tributária que atingiu

quase um terço do PIB (32,5%), contra uma média de 24,1% para os países selecionados. Ao mesmo tempo, o país possui a terceira pior qualidade no sistema tributário, com a avaliação qualitativa mais negativa em processos legislativos e administrativos do sistema tributário.” (Competitividade Brasil, 2022, p.13)

A arrecadação de impostos em um país afeta diretamente a competitividade das empresas, isso ocorre porque uma maior carga tributária, aumenta os custos de uma empresa e inviabiliza algumas operações. Uma empresa tributada pelo Lucro real, atualmente o regime de tributação com maiores alíquotas, o IRPJ é de 15% para lucros de até 60.000 trimestral, podendo ser acrescido 10% para o excedente desse valor; a CSLL tem uma alíquota de 9% sobre o lucro auferido; 7,60% para o PIS e a COFINS; e, considerando uma empresa localizada em Pernambuco, o ICMS é de 20,5%. Além disso, as especificações tributárias como a substituição tributária e as “guerras fiscais” entres os Estados, tornam a nossa carga, além de alta, complexa.

Uma forma de incentivo oferecida para as entidades privadas são os benefícios fiscais fornecidos para alguns segmentos de empresas que podem conceder reduções de alíquotas ou isenção de imposto para algumas operações, essa é uma forma de contribuir com o desenvolvimento setorial de indústrias e comércios, assim como o desenvolvimento de algumas regiões.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

Sugerir e dar indícios acerca da contribuição da carga tributária brasileira no desenvolvimento socioeconômico do país.

#### 1.3.2 Objetivo específico

- ✓ Apresentar o sistema tributário brasileiro e os tributos diretos e indiretos;
- ✓ Dar indícios sobre a carga tributária e sua repartição nos diferentes níveis de governo;
- ✓ Abordar a carga tributária e sua importância no desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

O sistema tributário do Brasil consiste nas normas que regulam a instituição, a cobrança, a arrecadação e a distribuição de tributos. É composto não apenas por impostos, mas as taxas, contribuições sociais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios fazem parte da tributação.

“O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e é regido pelo disposto nesta Emenda, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e nos limites das respectivas competências, em lei federal, estadual ou municipal” (EC nº 18/1965).

Nos primórdios da arrecadação de receita do país, antes da reforma de 1965, durante o período colonial, a cobrança de tributos era utilizada principalmente para financiar a administração colonial portuguesa. Com a independência em 7 de setembro de 1822, o Brasil passou a desenvolver sua própria estrutura tributária, que foi se moldando ao longo dos séculos conforme a economia do país se diversificava, até os dias atuais.

Com a reforma tributária de 1965, o Brasil buscou modernizar seu sistema tributário. Segundo apresentado pela Receita Federal, a Emenda Constitucional nº 9 de 22 de julho de 1964 eliminou o privilégio da imunidade do imposto de renda para professores, jornalistas, autores e magistrados. Também em 1965 foi criada a “Lei Kandir”, que regulamentou o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte (ICMS).

Nas décadas seguintes, o sistema tributário continuou a evoluir, mas também se tornou cada vez mais complexo. A constituição de 1988 ampliou as competências tributárias dos estados e municípios, promovendo uma maior descentralização fiscal. No entanto, essa descentralização também acarretou problemáticas, como a guerra fiscal entre estados e a sobreposição de tributos, a partir disso, começa uma disputa entre as unidades da federação para atrair investimentos do setor privado através de benefícios fiscais visando arrecadar.

A Constituição Federal estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, entretanto, como uma forma de recolher mais receita, alguns estados estabelecem formas de cálculo do imposto onde o imposto integra sua própria base de cálculo.

Atualmente, o Brasil enfrenta o desafio de simplificar seu sistema tributário. Com a nova reforma que terá início em 2026, o principal objetivo, que é a unificação dos tributos, permitirá tornar o sistema mais simples, eficiente e justo, refletindo nas operações das empresas e diminuindo os custos.

### 2.1.1 Tributos diretos

Os tributos diretos e indiretos são uma importante configuração para o sistema tributário. O entendimento da distinção entre impostos diretos e indiretos é fundamental para a compreensão de como a carga tributária incide sobre a renda e nas operações de consumo do Brasil. Os tributos diretos são aqueles incidentes diretamente sobre a renda, patrimônio e ganhos. São pagos diretamente ao governo por pessoas físicas ou pessoas jurídicas que geram renda no país. Os principais impostos diretos são:

**Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF):** O imposto de renda pessoa física é o tributo que incide diretamente sobre a renda de pessoas físicas. O limite para a apresentação da declaração são rendimentos tributáveis de até R\$30.639,90, nesses rendimentos estão incluídos salário, aposentadoria, aluguel, previdência social, pensão alimentícia, entre outros.

**Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ):** O imposto de renda de pessoa jurídica incide sobre o lucro das empresas. É calculado de acordo com o regime de tributação da empresa. No regime do lucro presumido, é considerada a presunção do lucro de acordo com o ramo de atividade da empresa, a alíquota é, geralmente, 15% sobre o lucro. No regime do lucro real, para alcançar a base de cálculo do imposto, a empresa precisa realizar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), considerando todas as receitas e despesas.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU): O imposto sobre a propriedade territorial urbana incide sobre propriedades e imóveis urbanos como residências, prédios comerciais, apartamentos, entre outros. O valor é calculado com base no valor venal do imóvel, ou seja, uma espécie de projeção para compra e venda, determinado pelo município de localização do imóvel.

### 2.1.2 Tributos indiretos

Por outro lado, os impostos indiretos são aqueles cobrados em operações com mercadorias, serviços e transações comerciais, podendo refletir no preço final do produto e ser repassado diretamente ao consumidor ou tomador de serviço. Eles não alcançam de forma direta a renda e o lucro, mas incidem nos bens e serviços.

Os principais tributos indiretos são:

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incide sobre a circulação de mercadorias e na prestação de serviço de transporte. O ICMS é um imposto plurifásico não-cumulativo, ou seja, em toda operação da cadeia haverá o seu destaque e recolhimento.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incide sobre os produtos industrializados, sendo devido tanto em produtos nacionais quanto nos estrangeiros. Por ser indireto, ele é cobrado no momento do consumo.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS): O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide na prestação de serviço, é legislado pelos municípios e a sua alíquota média é de 3%.

A seguir, foi elaborado um quadro comparativo para melhor visualização das diferenças entre os tributos diretos e indiretos:

Quadro 1 – Comparação entre os tributos diretos e indiretos

| COMPARAÇÃO ENTRE OS TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS |                                |                       |
|--------------------------------------------------|--------------------------------|-----------------------|
| CARACTERÍSTICA                                   | TRIBUTOS DIRETOS               | TRIBUTOS INDIRETOS    |
| <b>Incidência</b>                                | Renda, propriedade, patrimônio | Consumo de bens       |
| <b>Transparência</b>                             | Alta                           | Baixa                 |
| <b>Progressividade</b>                           | Geralmente progressivo         | Geralmente regressivo |



|                                      |                    |                                               |
|--------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------|
| <b>Responsabilidade de Pagamento</b> | Contribuinte final | Produtor/Comerciante, repassado ao consumidor |
|--------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------|

Fonte: A autora (2024)

### 3 METODOLOGIA

Conforme Minayo (2001, p.16) metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Ainda segundo a autora, a metodologia deve caminhar junto com as concepções teóricas de abordagem e, como conjunto de técnicas, deve ainda dispor de instrumental capaz de trazer clareza e coerência, a fim de dirimir questões teóricas para aplicação prática.

O trabalho possui natureza descritiva, por buscar apresentar os resultados pesquisados através de fontes fornecidas pelo Governo e estudos apresentados por segmentos da economia e da contabilidade.

As informações das tabelas da monografia foram coletas das seguintes fontes:

Quadro 2 - Coleta das tabelas

| Fontes                                                                                                                                                | Período da coleta |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| carga-tributaria-no-brasil-2022                                                                                                                       | maio, 2024        |
| <a href="https://portal.datransparencia.gov.br/despesas?ano=2023">https://portal.datransparencia.gov.br/despesas?ano=2023</a>                         | junho, 2024       |
| <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a> | junho, 2024       |

Fonte: A autora (2024)

A escolha da análise do sistema tributário deu-se por apresentar mais a carga tributária como uma importante configuração de desenvolvimento para o país e expor, ainda, como uma simplificação - bem como em outros países - pode acarretar em mais investimentos através do desenvolvimento e competitividade das empresas.

O Brasil possui um sistema tributário muito complexo e extenso. Na Finlândia, conforme será apresentado, as alíquotas são consolidadas em um único imposto, recolhidas e depois as receitas são distribuídas para os entes federativos, esse fato contribui para a facilidade na arrecadação, evita fraudes e sonegação.

Em específico, a análise da carga tributária é um importante meio de compreender como funciona o sistema arrecadatório e seus impactos econômicos e sociais.

Quanto a abordagem, o trabalho classificou-se como quantitativa e qualitativa, por apresentar os resultados das pesquisas acerca do tema e traduzir em conceitos e ideias buscando apresentar a implicação da carga tributária na abordagem econômica e social, através da coleta das fontes primárias e secundárias.

Para a análise da carga tributária e da repartição da receita dos entes federativos, foram coletadas tabelas dos anos de 2013 a 2022 disponibilizadas pela Receita Federal Brasileira. Já as informações das despesas públicas foram retiradas do portal da transparência. Os gráficos foram construídos pela autora a partir das informações coletadas

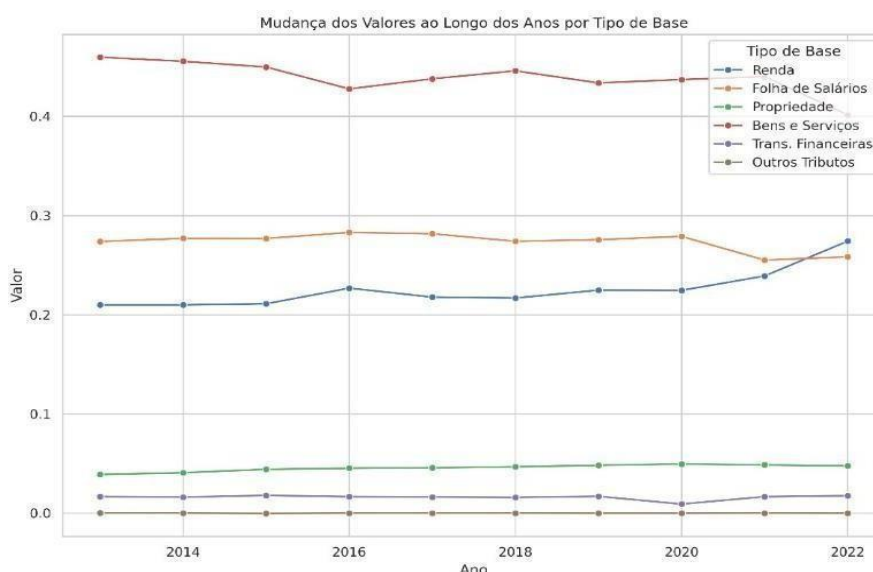


Fonte: Receita Federal Brasileira (2023)

Conforme apresentado na tabela, em relação a base dos últimos anos, a participação dos impostos arrecadados sobre a renda se manteve constante, tendo uma maior participação em 2022 com o aumento de 3,51% em relação ao ano anterior, enquanto a base “bens e serviços” manteve uma alta nos três primeiros anos e posteriormente uma redução considerável com uma maior queda em 2022.

Para melhor visualização, na forma gráfica a seguir, é possível observar a evolução da participação das bases de incidência na Arrecadação Total.

**Gráfico 1 - Mudança dos valores ao longo dos anos por tipo de base**



Fonte: Elaborado pela autora

No gráfico é possível visualizar que os impostos sobre bens e serviços está disparadamente mais elevado que os demais tributos, além das questões citadas anteriormente, sempre que a circulação de produto é promovida, há a incidência dos impostos não-cumulativos em todas as cadeias.

É possível concluir que a tributação sobre os bens de consumo possui maior tributação, influenciando diretamente nos valores de produtos consumidos no país. Já os impostos sobre a renda possuem uma menor participação, mas, no caso da pessoa física, sua alíquota é progressiva e sua tributação aumenta conforme maior os rendimentos.

#### 4.1.1 A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA NOS DIFERENTES NÍVEIS DE GOVERNO

Cada esfera governamental mantém sua responsabilidade pela aplicação, criação e fiscalização de tributos. A carga tributária envolve a arrecadação de impostos pelos diferentes níveis de governo: federal, estadual e municipal. Na organização e função possuímos três esferas de poder. No poder executivo, sua responsabilidade é criar diretrizes e normas que viabilizem a cobrança e fiscalização dos tributos criados de acordo com o Poder Legislativo. O Poder Legislativo se responsabiliza por criar as leis que determinarão as informações necessárias para o novo tributo, por último, o poder judiciário atua sobre questões de discordância entre o executivo na cobrança dos tributos.

O ICMS, por exemplo, é arrecadado e legislado pelos governos estaduais, que estabelecem as alíquotas, base de cálculo e incidência do imposto. Enquanto o ISS, IPTU, ITBI são de competência municipal, cabendo aos municípios o estabelecer as normas para os tributos. Já os impostos federais, são de responsabilidade da União.

A tabela a seguir apresenta como foi a distribuição da arrecadação entre os três níveis da Federação dos últimos anos.

**Tabela 2 - Série Histórica - Evolução da Participação por entes Federativos da arrecadação total - 2013 a 2022**

| Ente Federativo | 2013    | 2014    | 2015    | 2016    | 2017    | 2018    | 2019    | 2020    | 2021    | 2022    |
|-----------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| União           | 68,93%  | 68,46%  | 68,32%  | 68,60%  | 68,16%  | 67,80%  | 67,17%  | 66,28%  | 66,25%  | 67,70%  |
| Estados         | 25,29%  | 25,47%  | 25,45%  | 25,25%  | 25,57%  | 25,65%  | 25,89%  | 27,00%  | 26,95%  | 25,57%  |
| Municípios      | 5,78%   | 6,07%   | 6,24%   | 6,14%   | 6,27%   | 6,54%   | 6,94%   | 6,72%   | 6,80%   | 6,72%   |
| Total           | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

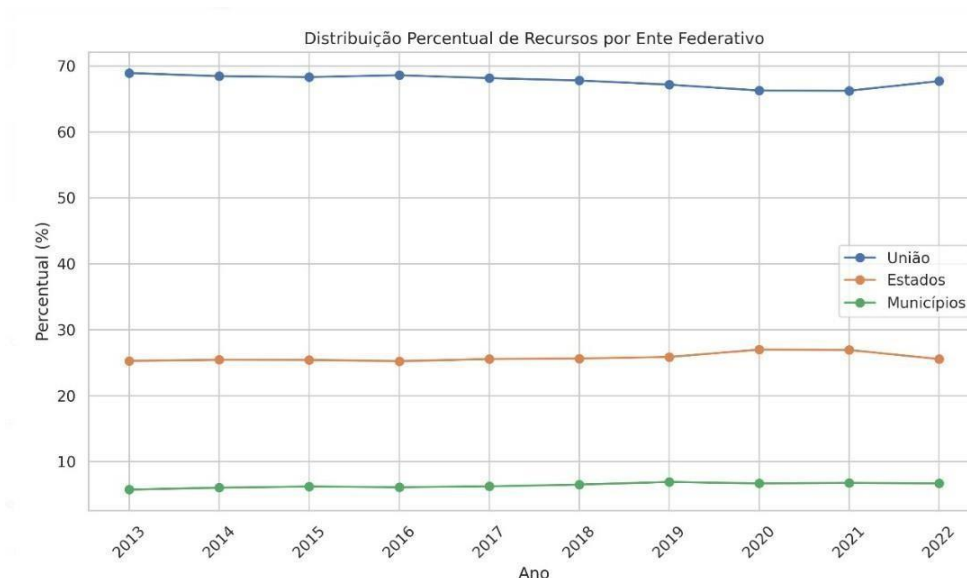
Fonte: Receita Federal Brasileira (2023)

Dos impostos considerados para a formação da tabela, no governo Federal, verifica-se que os maiores responsáveis pela receita são o IRPJ e a CSLL, tendo arrecadado 3,62% e 4,41%, nos anos de 2021 e 2022, respectivamente, em pontos percentuais do PIB. Em seguida, o IRRF, com participação de 3,62% e 4,41%. Na esfera estadual, o ICMS é o principal responsável pela receita com 7,33% e 6,95% em

pontos percentuais do PIB.

Para melhor visualização, na forma gráfica a seguir, é possível observar a distribuição percentual de recursos por ente federativo.

**Gráfico 2 - Distribuição percentual de recursos por ente federativo**



Fonte: A autora (2024)

Nos primeiros anos observa-se que a tendência da arrecadação mantinha uma porcentagem constante. A partir do ano de 2019 houve uma inversão e os estados e municípios passaram a ter uma participação um pouco maior no crescimento. Entretanto, observa-se que no ano de 2022 a União retorna com o crescimento e a participação dos estados torna a cair, segundo a Receita Federal, parte desse fenômeno se deu pelas Leis complementares 192, de 11 de março de 2022 e 194, de 23 de junho de 2022, que redefiniu a tributação dos combustíveis, energia elétrica, comunicações e ao transporte coletivo.

## **5 A RELAÇÃO ENTRE CARGA TRIBUTÁRIA E AS DESPESAS PÚBLICAS**

A arrecadação de receitas de um país é fundamental para o desenvolvimento econômico e social. A partir dela, o Estado tem o dever de suprir as necessidades da população por meio da saúde, educação, segurança, entre outros investimentos que promovem a qualidade de vida. Essas receitas, quando aplicadas, tornam-se despesas públicas e devem ser aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os gastos públicos são classificados em dois grandes grupos: Despesas obrigatórias que representam 88,30% do orçamento público e as despesas discriminatórias, que são 11,7%. As despesas obrigatórias são montantes considerados em Lei, sua execução é obrigatória e não possuem discricionariedade para suspender. Enquanto as despesas não obrigatórias tratam de valores que o governo pode ou não executar, a partir de decisão própria.

A necessidade de entender as despesas públicas no contexto da carga tributária surge da importância de alocar eficientemente os recursos. Analisar onde estão sendo gastos os recursos públicos permite visualizar como o dinheiro está sendo utilizado em áreas prioritárias que promovem o desenvolvimento econômico e social, como educação, saúde, infraestrutura e segurança. Dessa forma, também é possível responder à pergunta considerando o tópico abordado: afinal, o que faz a carga tributária brasileira ser considerada alta?

### **5.1 EFICIÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**

No contexto comparativo a nível internacional, outros países possuem alíquotas tributárias maiores que a brasileira. A carga tributária finlandesa, por exemplo, é de 43,60%, ao mesmo tempo em que a do Brasil atingiu 32,44% do PIB em 2023, segundo o Tesouro Transparente. No entanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado a partir da renda per capita, do poder de compra, da educação e da longevidade de uma determinada população, possui um valor elevado em um país como a Finlândia, com um total de 0,942, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto o Brasil possui um IDH de 0,760. Observa-se que a Finlândia possui uma maior arrecadação, no entanto, seu também alto IDH mostra que as despesas públicas no país proporcionam uma melhor qualidade de vida. A assistência médica finlandesa é classificada entre as melhores e mais igualitárias do mundo, de acordo



com o estudo Global Burden of Disease. Isso nos mostra que os recursos públicos, ou seja, a receita arrecadada, quando bem aplicada, promove uma qualidade de vida de modo que os serviços ofertados à população supram suas necessidades, evitando um desembolso para obter serviços além dos já disponíveis.

Na tabela disponibilizada pelo Portal da Transparência do Governo, é apresentado as principais despesas públicas do Brasil no ano de 2023.

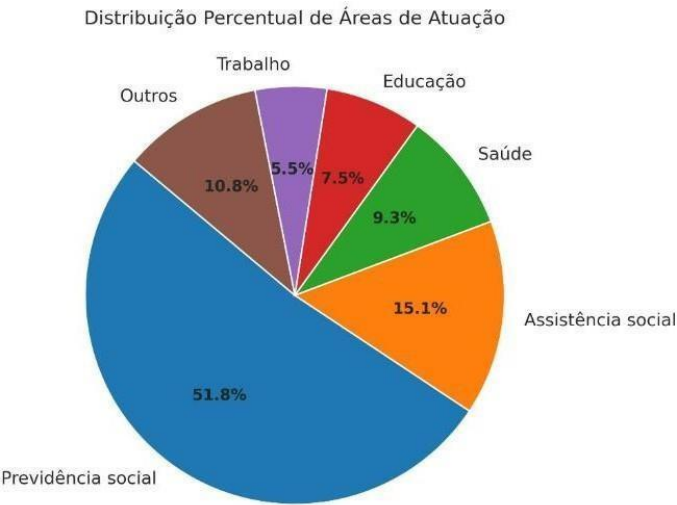
Tabela 3 - Área de atuação (função) do Governo Federal com maior despesa:

| ÁREA DE ATUAÇÃO           | VALOR                           | % RELATIVO AO TODO |
|---------------------------|---------------------------------|--------------------|
| <u>Previdência social</u> | R\$ 896.602.883.758,22          | 51.77%             |
| <u>Assistência social</u> | R\$ 261.279.613.885,10          | 15.09%             |
| <u>Saúde</u>              | R\$ 161.223.980.563,79          | 9.31%              |
| <u>Educação</u>           | R\$ 129.461.776.029,28          | 7.48%              |
| <u>Trabalho</u>           | R\$ 95.510.948.441,48           | 5.52%              |
| Outros                    | R\$ 187.653.291.900,97          | 10.84%             |
| <b>Total</b>              | <b>R\$ 1.731.732.494.578,84</b> | <b>100,00%</b>     |

Fonte: Portal da transparência (2024)

Para melhor visualização, na forma gráfica a seguir, é possível observar a distribuição das despesas.

Gráfico 3 - Distribuição percentual de áreas de atuação.



Fonte: A autora (2024)

A previdência e a assistência social é responsável por mais da metade das despesas públicas, juntas, elas somam 66,90% dos gastos públicos no Brasil, isso se deve ao fato de ser um direito constitucional a garantia da aposentadoria e a assistência social. Com os altos custos de previdência social, cortam os investimentos em outros setores, e aumentam a carga tributária.

Com um baixo percentual, o investimento na saúde pública no ano de 2023 foi de 9,3%, menos do que a média mundial, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). No caso da educação, a situação é ainda mais delicada, seu percentual de repartição possui apenas 7,5% das despesas públicas, segundo dados da agência Brasil, 19,9% da população na faixa etária entre 15 e 29 anos não concluiu a educação básica, a maioria por falta de acesso à educação.

Comparar a nossa estrutura tributária e entender como a aplicação das receitas ocorrem no Brasil e em outros países ao redor do mundo é uma forma de entender a funcionalidade dos nossos próprios tributos e como eles podem agregar na sociedade.

Com isso, é possível concluir que é fundamental a transparência na alocação dos recursos, assim como despesas públicas bem aplicadas podem promover a diminuição da carga tributária, ou, ainda, como a Finlândia, manter as alíquotas altas, mas com um alto IDH e serviço público de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar a carga tributária e a arrecadação de tributos como uma configuração significativa no desenvolvimento do país, examinando sua estrutura, evolução e implicações sociais e econômicas. A análise dos dados e da revisão teórica apresentaram que o sistema tributário do Brasil, além de complexo, possui uma carga tributária significativamente alta.

Quanto à arrecadação e distribuição dos tributos mostram que, apesar da alta carga tributária, o Brasil ainda enfrenta desafios na aplicação dos recursos. Muitos dos recursos arrecadados não são convertidos no fornecimento de serviços essenciais como educação e saúde pública, resultando em problemas de gestão e, ainda, problemas sociais. Ainda, é de extrema importância que as despesas públicas sejam alocadas em populações mais carentes de serviços sociais.

Além disso, a falta de clareza e distribuição justa das receitas arrecadadas entre o governo federal, estadual e municipal agrava as desigualdades regionais e sociais.

Portanto, para alcançar um sistema tributário mais eficaz e justo, é necessário a simplificação da arrecadação como na unificação de alguns tributos, além de alíquotas progressivas, como ocorre em outros países, ou seja, as pessoas jurídicas e físicas pagarão mais impostos conforme a sua renda e receita.

Estas questões melhorará a justiça fiscal e na redução da fraude e sonegação fiscal, bem como o crescimento socioeconômico brasileiro. A fim de promover o desenvolvimento socioeconômico, também é fundamental uma maior transparência sobre as despesas públicas e a aplicação de recursos.

Por fim, o objetivo da pesquisa é contribuir para o debate sobre a carga tributária brasileira e oferecer esclarecimentos que possam apoiar nas políticas sociais e os impactos socioeconômicos da carga tributária.

## REFERÊNCIAS

BLOG OMIE. **O que é Lucro Presumido? Vantagens, como calcular e tabela!.** [S. l.], 6 ago. 2023. Disponível em: <https://blog.omie.com.br/lucro-presumido-e-o-regime-certo-para-o-seu-negocio/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BOCCHINNI, Bruno. **Quase 10 milhões de jovens sem ensino básico estão fora da escola.** [S. l.], 11 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-03/quase-10-milhoes-de-jovens-sem-ensino-basico-estao-fora-da-escola>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 09 maio. 2024.

COZENY, Inácio *et al.* **COMPETITIVIDADE BRASIL: 2021 – 2022. Indicadoreseconômicos CNI**, Brasília, 2022.

DESPESAS públicas. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/orgao?> Acesso em: 31 maio 2024.

GNAS, Isabella. **A complexidade do sistema tributário brasileiro: necessidade de acompanhamento especializado para continuar competitivo no mercado.** [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-complexidade-do-sistema-tributario-brasileiro/1829223841>. Acesso em: 9 maio 2024.

JESUS, Andreia. **TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS: QUAL A MELHOR FORMA DE TRABALHAR COM TRIBUTAÇÃO?.** [S. l.], Março 2022. Disponível em: <https://arquivei.com.br/blog/tributos-diretos-e-indiretos-qual-a-melhor-forma-de-trabalhar-com-tributacao/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MADAIL, João. **Quem paga mais imposto no Brasil?** Rio grande do Sul: Conselho Regional de Economia, 9 mar. 2023. Disponível em: <http://www.coreconrs.org.br/artigos-publicados/2169-quem-paga-mais-impostos-no-brasil.html>. Acesso em: 8 maio 2024.

MÁXIMO, Wellton. **Prévia da carga tributária cai para 32,44% do PIB em 2023.** [S. l.], 28 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/previa-da-carga-tributaria-cai-para-3244-do-pib-em-2023ponto20percentual>. Acesso em: 9 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Receita Federal apresenta regras para o IRPF 2024 e espera receber mais de 43 milhões de declarações.** [S. l.], 6 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/receita-federal-apresenta-regras-para-o-irpf-2024-e-espera-receber-mais-de-43-milhoes-de-declaracoes>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PIRES, Manoel. **Carga Tributária no Brasil: 1990-2022.** [S. l.], 5 jul. 2023.

Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/carga-tributaria/carga-tributaria-no-brasil-1990-2022>. Acesso em: 5 jul. 2024.

RECEITA FEDERAL. **O QUE É A CARGA TRIBUTÁRIA?**. [S. l.], 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/educacao-fiscal/educacao\\_fiscal/folhetos-orientativos/carga-tributaria-dig.pdf](https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/educacao-fiscal/educacao_fiscal/folhetos-orientativos/carga-tributaria-dig.pdf). Acesso em: 2 jul. 2024.

WESTIN, RICARDO. **Por que a fórmula de cobrança de impostos do Brasil piora a desigualdade social** Fonte: Agência Senado. [S. l.]: Senado Federal, 28 maio 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/05/por-que-a-formula-de-cobranca-de-impostos-do-brasil-piora-a-desigualdade-social>. Acesso em: 9 maio 2024.